

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

05/03/2016

Blog do Luís Nassif

O que a Receita Federal investiga na LILS e no Instituto Lula

Por Bárbara Mengardo

Além de investigações sobre corrupção, a mais recente fase da Operação Lava Jato, deflagrada nesta sexta-feira (04/03) e batizada de Aletheia está fundamentada também em uma questão tributária.

A força tarefa jogou luz sobre duas empresas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a LILS Palestras e o Instituto Lula, e investiga se houve confusão patrimonial e sonegação fiscal.

A 24ª fase da Lava Jato teve início na manhã desta sexta-feira, e contou com a condução coercitiva de Lula. O ex-presidente prestou depoimento em São Paulo aproximadamente por aproximadamente três horas.

Ao todo, foram 33 mandados de busca e apreensão e 11 de condução coercitiva em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Estão sob investigação também a mulher de Lula, Marisa Letícia, seus filhos, e Paulo Okamoto, do Instituto Lula.

As irregularidades fiscais foram expostas pelo auditor fiscal Roberto Lima, da Receita Federal, que participou de entrevista coletiva sobre a operação em Curitiba.

Lima explicou que a LILS, que tem como objeto social o serviço de palestras, está no lucro presumido, enquanto o Instituto Lula, por ser uma entidade sem fins lucrativos, é isenta.

Isso significa que o instituto não recolhe nenhum tributo, com exceção da contribuição previdenciária sobre a remuneração de empregados, mas em contrapartida não pode distribuir lucro. A LILS não possui funcionários.

Segundo Lima, a força tarefa desconfia que empresas, como empreiteiras, contratavam a LILS, mas pagavam ao Instituto Lula, o que poderia caracterizar o que se chama de "confusão patrimonial".

De acordo com tributaristas ouvidos pelo JOTA, são dois os problemas relacionados a esse tipo de operação: em primeiro lugar poderia sugerir uma tentativa de não pagar tributos sobre os valores recebidos, já que o Instituto Lula não tem fins lucrativos.

Confirmadas, as irregularidades poderiam acarretar, segundo advogados, autuações fiscais relacionadas a tributos federais - como Imposto de Renda, PIS, Cofins e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - e municipais, como IPTU e ISS.

Caso houvesse recurso, os autos de infração seriam analisados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e pelo Conselho Municipal de Tributos.

O Carf está sob suspeita de uma força tarefa formada pela Polícia Federal, Ministério Público Federal, Receita Federal e a Corregedoria do Ministério da Fazenda na operação Zelotes.

Confusão patrimonial entre empresa e instituto

A segunda irregularidade apontada por Lima seria a confusão patrimonial, ou seja, a confusão entre a LILS e o Instituto Lula.

Segundo advogados, o sistema tributário brasileiro considera irregular levar a receita de uma empresa para outra ou da pessoa física para a jurídica. Seria

ilegal, desta forma, prestar um serviço por uma pessoa jurídica e receber por outra.

A operação assume contornos mais graves por envolver uma entidade sem fins lucrativos.

Nessa situação, mesmo que a pessoa jurídica vá bem, os lucros não podem ser distribuídos, e os funcionários e dirigentes não podem receber nada além de seus salários. O lucro deve ser revertido ao seu objeto, que, no caso do Instituto Lula, é a proteção dos direitos e da cidadania.

Consultor Jurídico

OAB-SP apura violação de prerrogativas de advogado na lava jato

05/03/2016

O presidente da Comissão de Prerrogativas da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, Cid Vieira de Souza Filho, determinou nessa sexta-feira (4/3) a instauração de procedimento para apurar violação de prerrogativas em ato contra o advogado Alberto Zacharias Toron, que representa um dos investigados na operação lava jato .

Durante a deflagração de mais uma fase da operação, o criminalista recebeu uma ligação de seu cliente dizendo que achava que seria conduzido de forma coercitiva até a Polícia Federal. Toron, então, foi até a sede a PF em São Paulo, mas chegando lá foi impedido de entrar.

"Todos os advogados e repórteres estavam do lado de fora. Meu cliente deixou um recado desesperado às 6h30, dizendo que estava sendo levado pela Polícia Federal. Sai de casa e cheguei lá às 8h45. Mas não pude entrar. Isso me pareceu um escárnio. O cidadão tem o direito de ter o seu advogado junto a si", narrou Toron à revista eletrônica Consultor Jurídico.

A OAB-SP planeja encaminhar ofício ao superintendente da Polícia Federal de SP na próxima segunda-feira (7/3), solicitando esclarecimentos. Caso seja comprovado que houve violação de prerrogativas, Cid Vieira afirmou que a entidade organizará um ato de desagravo. A corrupção deve ser combatida desde que observada a Constituição e as prerrogativas da advocacia, independentemente de quem seja o investigado , diz o presidente da comissão.

Condução por engano

Recentemente, outro caso envolvendo a Polícia Federal também resultou num procedimento na OAB-SP para apurar a violação de prerrogativas. No final de fevereiro um erro de investigação resultou na condução coercitiva indevida do advogado Marco Antonio Biondo Pereira Mattos durante a deflagração de mais uma fase da operação zelotes - que investiga suposto esquema de compra de decisões do decisões do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda).

O alvo da operação era o advogado Marcos Antônio Biondo, que mora em Porto Alegre e atuou como consultor jurídico tributário da Gerdau até dezembro de 2015. No entanto, durante o levantamento dos dados do advogado, foi indicado o endereço de Marco Antonio Biondo Pereira Mattos, que mora em São Paulo e nunca atuou na área previdenciária.

Nesse caso, o procedimento foi instaurado e a comissão de prerrogativas da OAB-SP já encaminhou ofícios ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal para descobrir quem foi a autoridade responsável pelo erro e assim promover o ato de desagravo.

A ConJur questionou a Polícia Federal sobre o erro cometido. No entanto, apenas cinco dias depois a assessoria de imprensa da Polícia Federal se limitou a responder que a superintendência optou por não comentar o equívoco.

06/03/2016

Diário do Poder

Ministros no STF e ação no MPF sinalizam de outra mega-operação policial

06/03/2016

Operação em curso pode ser da Zelotes, da Lava Jato ou de ambas

Vários ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foram chamados ao trabalho, neste domingo, e a movimentação no Ministério Público Federal (MPF) prenuncia outra operação envolvendo figurões da República neste início de semana. Figurões com foro privilegiado, ou sejam, deputados federais e senadores.

A presença de Teori Zavascki - relator da Lava Jato - entre os ministros que se encontram no STF sugere que a mega-operação pode resultar de investigações do esquema do Petrolão, gatunagem desmantelada na estatal **Petrobras**, mas há informações que ligam a mobilização à Operação Zelotes.

Fontes com acesso às investigações do esquema bilionário de fraude no **Carf**, o conselho dos contribuintes, ligados à Receita Federal, dão como certa mais uma fase da operação Zelotes em ao menos quatro estados, neste início de semana, incluindo Alagoas e Pará.

Consta que uma centena de agentes federais estão convocados para a operação deste início de semana, e mais outra centena que se encontra de sobreaviso para eventual emprego, no cumprimento de mandados de busca e apreensão e de condução coercitiva.

Portal Making Of

Os bastidores da negociação da RBS Santa Catarina (Comunicação)

06/03/2016

Informações não oficiais dizem que nesta segunda-feira, dia 6, será formalizada a venda das empresas do Grupo RBS em Santa Catarina para um grupo de empresários brasileiros, entre eles o empresário paulista Carlos Sanchez, do Laboratório EMS e o investidor gaúcho Lírio Parisotto, do grupo Videolar.

A negociação entre a RBS e os empresários vem sendo realizada desde no ano passado. O assunto já estava entregue a Anatel, por serem concessões do governo. A Rede Globo, dona da programação de TV, já havia concordado com a transação. As negociações foram rápidas, mas a intenção de venda do grupo jornalístico é antiga.

A história começa com as renovações contratuais periódicas entre a Globo e a RBS ao longo dos anos - a venda da programação nacional e o retorno dos comerciais veiculados no grupo. No início era um negócio conveniente, que gerava muito dinheiro na conta dos acionistas gaúchos, que puderam diversificar sua atuação comprando rádios e jornais. A ambição de ser um grupo nacional crescia, causando, entretanto, desconforto na rede nacional.

A RBS chegou a comprar uma rádio em São Paulo, que depois devolveu; negociou um jornal na Grande ABC, mas teve que abandonar a ideia; quis entrar no Paraná, em TV, mas a própria Globo ajudou acionistas da empresa paranaense para que isso não acontecesse; chegou a implantar o Canal Rural, nacional, mas a Globo entendeu como um concorrente devido com a programação nacional que gerava. Acabou vendido.

Assim, a TVCOM RS e SC eram vistas como concorrentes e nunca tiveram a chance de crescer por causa disso. A visão da Globo é clara : produz vídeo, é concorrente.

Embora bem relacionadas, ao longo do tempo RBS-Globo arrefeceram a relação. A RBS de certa maneira chegou a pensar internamente em devolver à Globo a programação catarinense.

No meio disso, surgiu a operação Zelotes, uma dívida da RBS com o fisco que foi levada ao **CARF** por um escritório terceirizado, a quem pagou cerca 5 milhões de reais. A dívida, na época, foi zerada.

Com as investigações da Polícia Federal e a divulgação nacional, citando a RBS como maior afiliada da Globo, os diretores foram chamados ao Rio para conversar.

Houve risco de descredenciamento do grupo. Foi por esse momento, que a RBS comunicou das negociações para transferência do grupo em Santa Catarina a terceiros.

A operação Zelotes está inconclusa, enquanto se dá a negociação de venda de parte do grupo em Santa Catarina, reconhecida pela produtividade nos negócios e audiência relevante.

Agora é preciso esperar as informações oficiais, acabando com as especulações. Ficaria claro os motivos formais tanto dos vendedores quanto dos compradores, bem como quis são suas intenções editoriais para o futuro.

07/03/2016

Valor Econômico

Contribuintes sugerem mudanças em regras para repatriação de recursos

Valor Econômico - 07/03/2016

Laura Ignacio | De São Paulo

A Receita Federal recebeu 284 sugestões de contribuintes para alterações ou esclarecimentos sobre os mais variados aspectos da minuta da regulamentação do programa de repatriação de recursos no exterior. O prazo para participar da consulta pública terminou na quinta-feira. A instrução normativa regulamentadora será editada ainda este mês, segundo o órgão.

Criado pela Lei nº 13.254, o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) permite que recursos alocados fora do país sejam regularizados com o pagamento de 15% de Imposto de Renda (IR) e multa de 15% do valor. O texto final da regulamentação formalizará as exigências da Receita Federal para aceitar a adesão dos contribuintes ao regime ou excluí-los.

A participação dos contribuintes na regulamentação se deve ao risco de, após declarar capital ou bens em outro país, ainda ter que pagar imposto e multa integrais, além de responder a processo criminal por evasão fiscal, sonegação ou lavagem de dinheiro.

Os pedidos de mudança, supressão ou meras dúvidas se dividem em três grupos. Há dispositivos considerados ilegais por extrapolar a Lei nº 13.254, regras que seriam inaplicáveis por incompatibilidade operacional e artigos que levariam os contribuintes a interpretações divergentes, causando insegurança jurídica.

As sugestões foram apresentadas por entidades de pesquisa, sociedades de advogados, contadores e pessoas físicas, entre eles a FGV Direito SP, o Movimento de Defesa da Advocacia (MDA) e o Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa).

De acordo com o advogado Eduardo Salusse, professor da FGV Direito SP, que enviou pedidos de mudança na regulamentação via consulta pública, vários aspectos da minuta não constavam na lei. Segundo ele, o texto exige a apresentação de diversos documentos, que nem sempre existem, para a identificação de trust - sociedade estrangeira para a gestão de bens de um terceiro, geralmente localizada em um paraíso fiscal.

"Se o contribuinte não apresentar todos os documentos exigidos, será tributado e responsabilizado criminalmente. Então, não pode haver margem para dúvidas", afirma o advogado, destacando que a entidade pediu a supressão da comprovação de trust.

Outro artigo da minuta inclui entre as hipóteses de exclusão do regime a não comprovação da veracidade das informações prestadas. Segundo Salusse, a FGV Direito SP também pediu a retirada do dispositivo. "Primeiro porque trata-se de inversão do ônus da prova [quem tem que provar seria o Fisco]. Segundo, porque a lei já determina as hipóteses de exclusão", diz.

A FGV Direito também requereu uma alteração no procedimento para pagar a multa e o imposto. "Sugerimos que possa ser feito o pagamento do imposto e a multa com o dinheiro que hoje está no exterior e será repatriado", afirma Salusse. Hoje, quando uma quantia em dinheiro entra no país, o contribuinte tem que pagar o imposto e multa devidos para depois fazer a declaração à Receita e ao Banco Central e, finalmente, realizar operação de câmbio por meio de instituição financeira para sua disponibilização no Brasil.

Já o MDA sugeriu a ampliação do prazo para apresentação de defesa administrativa, no caso de indeferimento ou não conhecimento da defesa, ou ainda de exclusão do RERCT, de 10 para 30 dias. E que a defesa possa ser feita até no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

A minuta diz que o recurso será decidido em última instância pelo Superintendente Regional da Receita. "A Lei nº 9.784/1999 e o Decreto nº 70.235/1972 concedem o prazo de 30 dias para o contribuinte recorrer em primeira instância administrativa", afirma Marcelo Knopfelmacher, presidente do conselho do MDA.

Sobre a defesa poder alcançar o Carf, o tributarista Igor Mauler Santiago, do Sacha Calmon - Misabel Derzi Consultores e Advogados, diz que a lei que regula o processo administrativo tributário garante o duplo grau de defesa, assim como a Constituição Federal garante o duplo grau de jurisdição. "Já tive caso de autuação fiscal em que entrei na Justiça e consegui o direito de recorrer ao Carf", afirma.

Além disso, a regularização por meio do RERCT implica a remissão das demais dívidas tributárias decorrentes do descumprimento de obrigações tributárias e a redução de 100% das demais multas e encargos legais relacionados. Porém, a minuta institui que, nesse procedimento, não se incluem débitos "já constituídos e não pagos". O MDA pediu a supressão dessa exclusão.

Um dos pedidos do Cesa refere-se aos recursos no exterior que serão considerados de "origem lícita". A lei exemplifica quais recursos são esses e que, portanto, podem ser repatriados. Contudo, a minuta é taxativa, limitando as hipóteses, o que pode prejudicar contribuintes. O Cesa solicitou que, na regulamentação do RERCT, a lista seja exemplificativa como está na lei.

As acusações de Delcídio contra Dilma – E o potencial explosivo das denúncias

Revista Veja - 07/03/2016

A presidente tentou favorecer presos da Lava-jato na Justiça

O que diz Delcídio

O senador confirmou aos procuradores que, numa reunião em Portugal, Dilma pediu ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que atuasse em favor de empreiteiros presos em Curitiba — VEJA revelou o teor desse encontro em julho de 2015. Como, segundo Delcídio, a abordagem não deu certo, a presidente investiu no STJ: nomeou o ministro Navarro Dantas com o compromisso de que votasse a favor da soltura dos empreiteiros Marcelo Odebrecht e Otávio Azevedo

As possíveis consequências da denúncia

O senador deu aos procuradores indícios que podem ser checados, como datas e locais de reuniões. Por essas acusações, a presidente pode ser processada e julgada penalmente pelos crimes de corrupção ativa, tráfico de influência e embaraço de investigação de organização criminosa

Ela sabia do superfaturamento de Pasadena

O que diz Delcídio

Segundo o senador, Dilma "tinha pleno conhecimento de todo o processo de aquisição da Refinaria de Pasadena e de tudo que esse encerrava". Em novembro, VEJA revelou que, em sua delação, o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró havia afirmado que a presidente "sempre esteve a par de tudo que ocorreu na compra daquela refinaria", superfaturada em 792 milhões de dólares.

As possíveis consequências da denúncia

Como foi divulgada, ela não indica a existência de nenhuma nova prova contra a presidente. Documentos do caso, como atas das reuniões do Conselho de Administração da Petrobras, já foram analisados sem que isso tenha comprometido a petista.

Sua campanha de 2010 recebeu milhões de reais de caixa dois

O que diz Delcídio

Ele afirmou que o tesoureiro de Dilma em 2010, José de Filippi Júnior, orientou empresários a procurar Adir Assad para firmar contratos fictícios com as companhias dele e assim repassar dinheiro ilegalmente para a campanha.

As possíveis consequências da denúncia

A revelação não tem impacto sobre o atual processo contra Dilma no TSE, que trata só da campanha de 2014.

Dilma teve participação direta na nomeação de Nestor Cerveró

O que diz Delcídio

Em 2008, contou o senador aos procuradores da Lava-Ja-to, Dilma lhe telefonou duas vezes para discutir a indicação de Cerveró à BR Distribuidora. Ela sempre negou ter atuado em favor do ex-diretor.

As possíveis consequências da denúncia

Interferência política em nomeação é regra, não exceção. Para que o caso passe à esfera criminal, é necessário que a indicação tenha sido feita com o intuito de facilitar a corrupção, algo difícil de comprovar.

O ex-presidente mandou subornar a família de Cerveró

O que diz Delcídio

O senador afirmou aos procuradores da Lava-Jato que Lula o mandou pagar 250 000 reais à família de Nestor Cerveró, por intermédio de seu filho, Bernardo Cerveró, para que não delatasse José Carlos Bumlai.

As possíveis consequências da denúncia

Delcídio teria fornecido aos procuradores provas de que recebeu dinheiro do filho de Bumlai para repassá-lo à família de Cerveró. Se ficar comprovado que ele agiu a mando de Lula, o ex-presidente poderá ser processado por corrupção ativa e embaraço de investigação de organização criminosa.

Lula ordenou a compra do silêncio de Marcos Valério

O que diz Delcídio

O senador confirmou que o ex-presidente arquitetou um acordo para pagar 220 milhões de reais ao publicitário em troca de seu silêncio no mensalão. Conforme VEJA publicou, Valério, em 2006, revelou à CPI dos Correios e à Justiça que Lula sabia de tudo.

As possíveis consequências da denúncia

O mensalão já foi julgado pelo STF. Para investigar essa denúncia, seria preciso abrir um novo inquérito.

Lula atuou para que as acusações contra sua família não avançassem

O que diz Delcídio

O senador afirmou que Lula agiu para derrubar a convocação à CPI do **Carf** do lobista Mauro Marcondes, que pagou 2,5 milhões de reais a seu filho Luís Cláudio. A suspeita é que o pagamento tenha sido parte de um acerto da venda de uma medida provisória de interesse do setor automobilístico, que Marcondes representava.

As possíveis consequências da denúncia

Aqui, Delcídio relata uma articulação política que, embora possa ser moralmente condenável, dificilmente se enquadraria em conduta criminosa.

Bumlai, o primeiro-amigo, participava de negociações ilícitas a mando do presidente

O que diz Delcídio

O senador petista fez duas acusações e uma consideração sobre Bumlai. A consideração: ele atuava junto à família Lula como um consigliere — termo usado pela máfia italiana. As acusações: o pecuarista pegou um empréstimo de 12 milhões de reais com o Banco Schahin, jamais quitado, para pagar dívidas de campanha de Lula, em 2006. Em 2014, VEJA revelou que parte do dinheiro foi usada para comprar o silêncio de uma testemunha que ameaçava envolver Lula com o assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel.

As possíveis consequências da denúncia

A delação reforça tanto a ligação de Lula com o sítio de Atibaia quanto o uso de dinheiro de corrupção na campanha do petista à reeleição. Nos dois casos, o ex-presidente pode ser processado por lavagem de dinheiro.

IstoÉ

A delação de Delcídio

Revista ISTOÉ - 07/03/2016

Revelações do senador à força-tarefa da Lava Jato, obtidas por ISTOÉ, complicam de vez a situação da presidente Dilma e comprometem Lula

Débora Bergamasco

Pouco antes de deixar a prisão, no dia 19 de fevereiro, o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) fez um acordo de delação premiada com a força-tarefa da Lava Jato. ISTOÉ teve acesso às revelações feitas pelo senador. Ocupam cerca de 400 páginas e formam o

mais explosivo relato até agora revelado sobre o maior esquema de corrupção no Brasil – e outros escândalos que abalaram a República, como o mensalão.

Com extraordinária riqueza de detalhes, o senador descreveu a ação decisiva da presidente Dilma Rousseff para manter na estatal os diretores comprometidos com o esquema do Petrolão e demonstrou que, do Palácio do Planalto, a presidente usou seu poder para evitar a punição de corruptos e corruptores, nomeando para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) um ministro que se comprometeu a votar pela soltura de empreiteiros já denunciados pela Lava Jato.

O senador Delcídio também afirmou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha pleno conhecimento do propinoduto instalado na Petrobras e agiu direta e pessoalmente para barrar as investigações - inclusive sendo o mandante do pagamento de dinheiro para tentar comprar o silêncio de testemunhas. O relato de Delcídio é devastador e complica de vez Dilma e Lula, pois trata-se de uma narrativa de quem não só testemunhou e esteve presente nas reuniões em que decisões nada republicanas foram tomadas, como participou ativamente de ilegalidades ali combinadas –a mando de Dilma e Lula, segundo ele.

Nos próximos dias, o ministro Teori Zavascki decidirá se homologa ou não a delação. O acordo só não foi sacramentado até agora por conta de uma cláusula de confidencialidade de seis meses exigida por Delcídio. Apesar de avalizada por procuradores da Lava Jato, a condição imposta pelo petista não foi aceita por Zavascki, que devolveu o processo à Procuradoria-Geral da República e concedeu um prazo até a próxima semana para exclusão da exigência. Para o senador, os seis meses eram o tempo necessário para ele conseguir escapar de um processo de cassação no Conselho de Ética do Senado. Agora, seus planos parecem comprometidos.

As preocupações de Delcídio fazem sentido. Sobretudo porque suas revelações implicaram colegas de Senado, deputados, até da oposição, e têm potencial para apressar o processo de impeachment de Dilma no Congresso. O que ele revelou sobre a presidente é gravíssimo. Segundo Delcídio, Dilma tentou por três ocasiões interferir na Lava Jato, com a ajuda do ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. “É indiscutível e inegável a movimentação sistemática do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo e da própria presidente Dilma Rousseff no sentido de promover a soltura de réus presos na operação”, afirmou Delcídio na delação.

A terceira investida da presidente contou com o envolvimento pessoal do senador petista. No primeiro anexo da delação, Delcídio disse que, diante do fracasso das duas manobras anteriores, uma das quais a famosa reunião em Portugal com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, “a solução” passava pela nomeação do desembargador Marcelo Navarro para o STJ. “Tal nomeação seria relevante para o governo”, pois o nomeado cuidaria dos “habeas corpus e recursos da Lava Jato no STJ”. Na semana da definição da estratégia, Delcídio contou que esteve com Dilma no Palácio da Alvorada para uma conversa privada.

Os dois conversavam enquanto caminhavam pelos jardins do Alvorada, quando Dilma solicitou que Delcídio, na condição de líder do governo, “conversasse como o desembargador Marcelo Navarro, a fim de que ele confirmasse o compromisso de soltura de Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo”, da Andrade Gutierrez. Conforme acertado com a presidente, Delcídio se encontrou com Navarro “no próprio Palácio do Planalto, no andar térreo, em uma pequena sala de espera”, o que, segundo o senador, pode ser atestado pelas câmeras de segurança. Na reunião, de acordo com Delcídio, Navarro “ratificou seu compromisso, alegando inclusive que o dr. Falcão (presidente do STJ, Francisco Falcão) já o havia alertado sobre o assunto”.

O acerto foi cumprido à risca. Em recente julgamento dos habeas corpus impetrados no STJ, Navarro, na condição de relator, votou pela soltura dos dois executivos. O problema, para o governo, é que o relator foi voto vencido. No placar: 4x1 pela manutenção da prisão.

A ação de uma presidente da República no sentido de nomear de um ministro para um tribunal superior em troca do seu compromisso de votar pela soltura de presos envolvidos num esquema de corrupção é inacreditável pela ousadia e presunção da impunidade. E joga por terra todo seu discurso de “liberdade de atuação da Lava Jato”, repetido como um mantra na campanha eleitoral. Só essa atitude tem potencial para ensejar um novo processo de impeachment contra ela por crime de responsabilidade.

Segundo juristas ouvidos por ISTOÉ, a lei 1.079 que define os crimes de responsabilidade diz no artigo nono, itens 6 e 7, que atenta contra a probidade administrativa – e é passível de perda de mandato – usar de suborno ou qualquer outra forma de corrupção para levar um funcionário público a proceder ilegalmente ou agir de forma incompatível com a dignidade, a honra e o decoro. O que também poderá trazer problemas para Dilma é o trecho da delação de Delcídio a respeito da compra da refinaria de Pasadena, no Texas, considerada um dos negócios mais desastrosos da Petrobras e que foi firmado em 2006 com um superfaturamento de US\$ 792 milhões, quando Dilma presidia o Conselho de Administração da estatal.

A versão da presidente era de que ela e os conselheiros do colegiado não tinham conhecimento de cláusulas desfavoráveis a Petrobras, mas Delcídio no anexo 17 da delação é taxativo: “Dilma tinha pleno conhecimento de todo o processo de aquisição da refinaria”. “A aquisição foi feita com conhecimento de todos. Sem exceção”, reforçou o senador. Não seria a primeira vez que Delcídio desmentiria Dilma na delação. No anexo 03, o senador garante que ela teve participação efetiva na nomeação de Nestor Cerveró para a diretoria da BR Distribuidora, contrariando o que ela havia afirmado anteriormente.

No relato aos procuradores, Delcídio disse que “tem conhecimento desta ingerência (de Dilma), tendo em vista que, no dia da aprovação pelo Conselho, estava na Bahia e recebeu ligações de Dilma”. Ex-diretor internacional da Petrobras, Cerveró foi preso em janeiro de 2015, acusado de receber propina em contratos da estatal com empreiteiras. Até então, a indicação de Cerveró era atribuída a Lula e José Eduardo Dutra, ex-presidente da BR Distribuidora, falecido no ano passado. Mas segundo Delcídio, a atuação de Dilma foi “decisiva”. A presidente ligou para ele duas vezes.

Na primeira, a presidente telefonou “perguntando se o Nestor já havia sido convidado para ocupar a diretoria financeira da BR Distribuidora”. “Depois, ligou novamente, confirmando a nomeação de Nestor para o referido cargo”, o que se concretizou no dia 3 de março de 2008. Cerveró foi o pivô da prisão de Delcídio. Em 25 de novembro do ano passado, pela primeira vez desde 1985, o Supremo mandava prender um senador no exercício do mandato. Um dos motivos apontados pelo ministro Teori Zavascki foi a oferta de uma mesada de R\$ 50 mil para que Cerveró não celebrasse um acordo de delação premiada.

Na delação, Delcídio não só forneceu detalhes do pagamento como fez uma revelação bombástica: disse que o mandante dos pagamentos à família Cerveró foi o ex-presidente Lula. O senador petista trata do tema no anexo 02 da delação. Segundo Delcídio, Lula pediu “expressamente” para que ele ajudasse o amigo e pecuarista José Carlos Bumlai, porque ele estaria implicado nas delações de Fernando Baiano e Nestor Cerveró. Bumlai, segundo o senador, gozava de “total intimidade” e exercia o papel de “consigliere” da família Lula – expressão usada pela máfia italiana e consagrada no filme “O Poderoso

Chefão” para designar o conselheiro que detinha uma posição de liderança e representava o chefe em reuniões importantes.

A transcrição da delação pelos procuradores diz no que consistia a ajuda exigida por Lula a Bumlai: “No caso, Delcídio intermediaria o pagamento de valores à família de Cerveró”. Na conversa com o ex-presidente, de acordo com outro trecho da delação, Delcídio diz que “aceitou intermediar a operação”, mas lhe explicou que “com José Carlos Bumlai seria difícil falar, mas que conversaria com o filho, Maurício Bumlai, com quem mantinha boa relação”. O acerto foi sacramentado. Depois de receber a quantia de Maurício Bumlai, a primeira remessa de R\$ 50 mil foi entregue em mãos pelo próprio Delcídio ao advogado de Cerveró, Edson Ribeiro, também preso pela Lava Jato.

Os repasses de dinheiro se repetiram em outras oportunidades, de acordo com Delcídio, por meio do assessor Diogo Ferreira. O total recebido foi de R\$ 250 mil. Para os procuradores que tomaram o depoimento de Delcídio, a revelação é de extrema gravidade e pode justificar a prisão do ex-presidente Lula. Integrantes da Lava Jato elaboram o seguinte raciocínio: se o que embasou a detenção de Delcídio, preventivamente, foi a tentativa do senador de obstruir as investigações, atestada pela descoberta do pagamento a Cerveró, o mesmo se aplicaria a Lula, o mandante de toda a artimanha.

Não seria a primeira vez que, durante a delação aos integrantes da Lava Jato, Delcídio envolveria Lula na compra do silêncio de testemunhas. De acordo com o senador, Lula e o ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil, Antonio Palocci, em meados de 2006, articularam o pagamento a Marcos Valério para que ele se calasse sobre o mensalão. O dinheiro, um total de R\$ 220 milhões destinados a sanar uma dívida, segundo Delcídio, foi prometido por Paulo Okamoto. Aos procuradores, o senador relatou uma conversa com Lula em que ele o alerta: “Acabei de sair do gabinete daquele que o senhor enviou a Belo Horizonte (Okamoto). Corra, Presidente, senão as coisas ficarão piores do que já estão”.

Na sequência, Palocci ligou para Delcídio dizendo que o Lula estava “injurado” em razão do teor da conversa, mas que ele (Palocci), a partir daquele momento, “estaria assumindo a responsabilidade pelo pagamento da dívida”. Valério, de acordo com o senador petista, não recebeu a quantia integral pretendida. De todo o modo, diz o trecho da delação, “a história mostrou a contrapartida: Marcos Valério silenciou”. Ainda sobre o mensalão, Delcídio – ex-presidente da CPI dos Correios – disse ter testemunhado na madrugada do dia 5 de abril de 2006 as “tratativas ilícitas para retirada do relatório (final da CPI) dos nomes de Lula e do filho Fábio Luís Lula da Silva em um acordo com a oposição”. Assim, segundo o anexo 21 da delação, Lula se salvou do impeachment.

O senador ainda lembrou aos procuradores uma frase do ex-ministro José Dirceu: “Pode checar quem ia à Granja do Torto aos domingos. Te garanto que não era eu”. Sem dúvida, afirmou Delcídio, tratava-se de uma referência a Delúbio Soares e Marcos Valério. Hoje, de acordo com Delcídio, um dos temas que “mais aflige” o ex-presidente Lula é a CPI do **Carf**. O colegiado apura a compra de MPs durante o governo do petista para favorecer montadoras e o envolvimento do seu filho, Luis Claudio, no esquema. Segundo o senador petista, “por várias vezes Lula solicitou a ele que agisse para evitar a convocação do casal Mauro Marcondes e Cristina Mautoni para depor”.

O consultor Mauro Marcondes, amigo de Lula desde os tempos do ABC, e sua mulher foram presos na Operação Zelotes, da PF, acusado de intermediar a compra de MPs. Documentos integrantes da Operação mostram que a LFT, uma empresa de marketing esportivo pertencente a Luis Claudio Lula da Silva, recebeu R\$ 1,5 milhão na mesma

época em que lobistas foram remunerados por empresas interessadas na renovação da medida provisória. Afirmou Delcídio aos procuradores da Lava Jato: “Lula estava preocupado com as implicações à sua própria família, especialmente os filhos Fábio Luís e Luis Cláudio”, fato confirmado a ele por Maurício Bumlai.

Outra CPI, desta vez a dos Bingos (encerrada em 2006), segundo Delcídio, teria agido para proteger a presidente Dilma. A declaração vem no bojo de uma revelação que compromete a campanha da presidente em 2010. No anexo 29 da delação, o senador petista afirmou que “uma das maiores operações de caixa 2 para a campanha de Dilma em 2010 foi feita através do empresário Adir Assad”, condenado no fim de 2015 por ser um dos operadores do esquema do Petrolão.

“Orientados pelo tesoureiro de campanha de Dilma, José Di Filippi, os empresários faziam contratos de serviços com as empresas de Assad, que repassava recursos para as campanhas eleitorais”. De acordo com Delcídio, o encerramento prematuro e sem relatório final da CPI dos Bingos deveu-se exclusivamente a esse fato. “Quando o governo percebeu que as várias quebras de sigilo levariam à campanha Dilma 2010, determinaram o encerramento dos trabalhos”, afirmou. Parte dos depoimentos de Delcídio foi tomado dentro do próprio Supremo Tribunal Federal.

Segundo informou à ISTOÉ um dos procuradores responsáveis pelo acordo de delação, para que Delcídio conseguisse deixar aarceragem, em Brasília, sem ser notado, foi montada uma verdadeira operação de guerra envolvendo dezenas de policiais. Desde o início das tratativas a preocupação maior de Delcídio foi justamente com o vazamento prematuro do acordo. Por isso, as insistentes negativas de seus advogados. Até livrar sua pele no Senado, ele preferia o sigilo. Com o novo cenário, de altíssima octanagem, Brasília estremece. Pior para Delcídio. Melhor para os fatos.

Dilma interferiu na lava jato

No anexo 01 da delação, o senador Delcídio do Amaral revela que em três ocasiões a presidente Dilma Rousseff, no exercício do mandato, e o ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, tentaram interferir na Lava Jato. Nomeação do ministro Marcelo Navarro para o STJ fez parte de acordo para soltura de executivos presos.

“1 – A Primeira Investida do Planalto

A despeito dos discursos do governo com relação à sua isenção nos rumos da operação Lava jato, é indiscutível e inegável a movimentação sistemática do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da própria presidente Dilma Rousseff no sentido de tentar promover a soltura de réus presos no curso da referida operação. Faz parte dessa articulação o advogado Sigmaringa Seixas, figura influente quando se trata, no governo, de indicações para os tribunais superiores. Nas conversas com José Eduardo Cardozo, Dilma se refere a Sigmaringa como ‘the old man’.

A primeira investida do Planalto para tentar alterar os rumos da Lava Jato salta aos olhos pela ousadia: o encontro realizado em 07/07/2015 (18 dias após a prisão de Marcelo Odebrecht e Otávio Azevedo) entre Dilma, José Eduardo e o presidente do STF, Ricardo Levandowski, numa escala em Porto (Portugal) para supostamente falar sobre o reajuste de verbas do Poder Judiciário. A razão apontada pela Presidência é absolutamente injustificável... ...A razão principal do encontro, em verdade, foi a mudança nos rumos da Lava Jato. Contudo, a reunião foi uma fracasso, em função do posicionamento retilíneo do ministro Lavandowski, ao afirmar que não se envolveria.

- A Segunda Investida do Planalto

Em virtude da falta de êxito na primeira investida, mudou-se a estratégia, que se voltou, então, para o STJ, José Eduardo esteve em Florianópolis em agenda institucional... ... A ideia era indicar para uma das vagas no STJ o presidente do TJ de Santa Catarina, Nelson Schaefer. Em contrapartida, o ministro convocado, Dr. Trisotto, votaria pela

libertação dos acusados Marcelo Odebrecht e Otavio Azevedo. A investida foi em vão porque Trisotto se negou a assumir tal responsabilidade espúria. Mais um fracasso de José Eduardo em conseguir uma nomeação”.

3- Terceira Investida do Planalto

Após os dois fracassos anteriores, rapidamente desenhou-se uma nova solução que passava pela nomeação de Marcelo Navarro, desembargador do TRF da 5ª Região, muito ligado ao ministro e presidente do STJ, Dr. Francisco Falcão. Tal nomeação seria relevante para o governo, pois o nomeado entraria na vaga detentora de prevenção para o julgamento de todos os Habeas Corpus e recursos da Lava Jato no STJ. Na semana da definição da nova estratégia, Delcídio do Amaral esteve com a presidente Dilma no Palácio da Alvorada para uma conversa privada. Conversaram enquanto caminhavam pelos jardins do Palácio e Dilma solicitou que Delcídio conversasse com o desembargador Marcelo Navarro a fim de que ele confirmasse o compromisso de soltura de Marcelo e de Otavio...

... Conforme o combinado, Delcídio do Amaral se encontrou com o desembargador Marcelo Navarro no próprio Palácio do Planalto, no andar térreo, em uma pequena sala de espera, o que poderá ser atestado pelas câmeras do Palácio. Nessa reunião, muito rápida pela gravidade do tema, o Dr. Marcelo ratificou seu compromisso, alegando inclusive que o Dr. Falcão já o havia alertado sobre o assunto. Dito e feito. A sabatina do Dr. Marcelo pelo senado e correspondente aprovação ocorreram em tempo recorde. Em recente julgamento dos habeas Corpus impetrados no STJ, confirmando o compromisso assumido, o Dr. Marcelo Navarro, na condição de relator, votou favoravelmente pela soltura dos dois executivos (Marcelo e Otavio). Entretanto, obteve um revés de 4X1 contra seu posicionamento, vez que as prisões foram mantidas pelos outros ministros da 5ª turma do STJ.”

Dilma sabia de tudo do acerto de Pasadena

O senador conta que como presidente do Conselho de Administração da Petrobras, Dilma Rousseff, sabia que por trás da compra da Refinaria de Pasadena havia um esquema de superfaturamento para desviar recursos da estatal. Ela poderia ter barrado as negociações, mas os contratos foram aprovados pelo Conselho de Administração em tempo recorde e a Petrobras teve um prejuízo de US\$ 792 milhões, como foi comprovado pela Lava Jato e pelo TCU.

“Dilma Rousseff, como então presidente do Conselho de Administração da Petrobras, tinha pleno conhecimento de todo o processo de aquisição da Refinaria de Pasadena e de tudo o que esse encerrava. A alegação de Dilma de que ignorava o expediente habitualmente utilizado em contratos desse tipo, alegando desconhecimento de cláusula como put option, absolutamente convencional, é, no mínimo, questionável. Da mesma forma, discutir um revamp de refinaria que nunca ocorreu, é inadmissível. A tramitação do processo de aquisição de Pasadena durou um dia entre a reunião da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. Delcídio esclarece que a aquisição de Pasadena foi feita com o conhecimento de todos. Sem exceção”.

Dilma queria Cerveró na Petrobrás

O senador revela como, em 2008, Dilma Rousseff atuou de forma decisiva para que Nestor Cerveró fosse mantido na direção da Petrobras. Na ocasião, Cerveró perdeu o cargo de diretor Internacional por pressão do PMDB, mas Dilma conseguiu coloca-lo na Diretoria Financeira da BR Distribuidora.

“Diferentemente do que afirmou Dilma Rousseff em outras oportunidades, a indicação de Nestor Cerveró para a Diretoria Financeira da BR Distribuidora contou efetivamente com a sua participação. Delcídio do Amaral tem conhecimento dessa ingerência tendo

em vista que, no dia da aprovação pelo Conselho, estava na Bahia e recebeu ligações de Dilma...

...Não é correta a informação de que a Diretoria Financeira da BR Distribuidora tenha sido produto de entendimento exclusivo de Lula e Dutra (José Eduardo). Dilma Rousseff teve atuação decisiva, comprovada através das ligações mencionadas, quando da sua chegada ao Rio de Janeiro para a reunião do Conselho de Administração da Petrobras. Dilma Rousseff ligou para Delcídio perguntando se o Nestor já havia sido convidado para ocupar a Diretoria Financeira da BR Distribuidora. Depois, ligou novamente confirmando a nomeação de Nestor para o referido cargo, o que restou concretizado na segunda-feira, 03/03/2008, quando da posse de Nestor na BR Distribuidora e de Jorge Zelada na área internacional da Petrobras”.

CPI dos bingos protegeu Dilma

No anexo 29 da delação premiada, o senador Delcídio do Amaral descreve aos membros da Lava Jato uma operação de caixa dois na campanha de Dilma em 2010 feita pelo doleiro Adir Assad. Segundo Delcídio, o esquema seria descoberto pela CPI dos Bingos, mas o governo usou a base de apoio no Congresso para barrar a investigação dos parlamentares.

“Uma das maiores operações de caixa dois da campanha de Dilma em 2010 foi feita através de Adir Assad. Orientados pelo tesoureiro da campanha, José Filippi, os empresários faziam contratos de serviços com as empresas de Assad, que repassava os recursos para as campanhas eleitorais. Esse expediente foi largamente utilizado e o encerramento prematuro e sem relatório final da CPI dos Bingos deveu-se exclusivamente a esse fato. Quando o governo percebeu que as várias quebras de sigilo levariam à campanha de Dilma, determinou o encerramento imediato dos trabalhos”.

Lula mandou pagar Cerveró

Um dos relatos mais explosivos feitos pelo senador Delcídio do Amaral à operação Lava Jato está no anexo 2. O senador revela aos procuradores que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva comandou o esquema do pagamento de uma mesada a Cerveró para tentar evitar sua delação premiada. Foi por intermediar esses pagamentos que Delcídio acabou na cadeia. Lula não queria que o ex-diretor da Petrobras mencionasse o esquema do pecuarista José Carlos Bumlai na compra de sondas superfaturadas feitas pela estatal. “Lula pediu expressamente a Delcídio do Amaral para ajudar o Bumlai porque supostamente ele estaria implicado nas delações de Fernando Soares e Nestor Cerveró. No caso, Delcídio intermediaria o pagamento de valores à família de Cerveró com recursos fornecidos por Bumlai. Delcídio explicou a Lula que com José Carlos Bumlai seria difícil falar, mas que conversaria com o filho, Maurício Bumlai, com quem mantinha uma boa relação. Delcídio, vendo a oportunidade de ajudar a família de Nestor, aceitou intermediar a operação.

A primeira remessa de R\$ 50.000,00 foi entregue pelo próprio Delcídio do Amaral em mãos do advogado Edson Ribeiro, após receber a quantia de Mauricio Bumlai, em um almoço na churrascaria Rodeio do Iguatemi, em 22/05/2015 (em anexo existe base documental para isso). As entregas de valores à família de Nestor Cerveró se repetiram em outras oportunidades. Nessas outras oportunidades quem fez a entrega foi o assessor Diogo Ferreira (em anexo existe base documental disso). O total recebido pela família de Nestor foi de R\$ 250.000,00. O próprio Bernardo (filho de Nestor Cerveró) recebeu em espécie do Diogo.

Lula comprou o silêncio de Marcos Valério

O ex-presidente cedeu às chantagens do publicitário Marcos Valério que exigiu R\$ 220 milhões para se calar na CPI dos Correios sobre os meandros do Mensalão. Em seu depoimento, Delcídio afirma que ele e Paulo Okamoto (presidente do Instituto Lula)

tentaram negociar o pagamento, mas que foi o ex-ministro Antônio Palocci quem assumiu essa tarefa.

“Em 14/02/2006 foi conversado sobre o pagamento de uma dívida prometida por Paulo Okamoto em Belo Horizonte, a fim de que Marcos Valério silenciase em relação às questões do mensalão. Nos dois dias seguintes, Delcídio do Amaral se reuniu sucessivamente: primeiro com Paulo Okamoto, a fim de que ele cumprisse com o prometido em Belo Horizonte (de acordo com Marcos Valério o valor seria de R\$ 220 milhões); segundo com o ex-presidente Lula, sendo que na conversa Delcídio disse expressamente ao presidente: ‘acabei de sair do gabinete daquele que o senhor enviou à Belo Horizonte. Corra presidente, senão as coisas ficarão piores do que já estão’.

No dia seguinte, Delcídio recebeu uma ligação do então ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, na qual este disse: ‘parece que sua reunião com o Lula foi muito boa, né?’. A resposta de Delcídio foi a seguinte: ‘não sei se foi boa para ele’. Na sequência, o ministro da Fazenda, Palocci, ligou para Delcídio dizendo que Lula estava ‘injurado’ com ele em razão do teor da conversa. Contudo, Palocci disse que estaria, a partir daquele momento, assumindo a responsabilidade pelo pagamento da dívida. Marcos Valério recebeu, mas não a quantia integral pretendida. De todo modo, a história mostrou a contrapartida: Marcos Valério silenciou.”

“Exclusão de Lula e Lulinha da CPI dos correios evitou o impeachment”

No anexo 21 da delação, Delcídio relata a forte atuação de Lula e aliados sobre os parlamentares da CPI dos Correios. O senador, que presidiu a CPI, afirma que a votação do relatório que poupou o ex-presidente foi duvidosa.

“Lula se salvou de um impeachment com a exclusão de seu nome e de seu filho Fábio Lula da Silva (o Lulinha) na madrugada do dia 05/04/2006 do relatório final da CPI dos Correios, que foi aprovado em votação polêmica e duvidosa naquele mesmo dia”.

Lula pressiona CPI do **CARF** para proteger a família

Delcídio afirmou aos procuradores da Lava Jato que, como líder do governo, foi pressionado por Lula para que Mauro Marcondes e Cristina Mautoni não fossem depor na CPI que apura a venda de Medidas Provisórias. Ele revelou que o ex-presidente temia que o casal pudesse implicar seus filhos no escândalo.

“Delcídio do Amaral tem conhecimento de que um dos temas que mais aflige o presidente Lula é a CPI do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). A preocupação do ex-presidente foi elevada especialmente quando da convocação de Mauro Marcondes e sua esposa Cristina Mautoni. Por várias vezes o próprio Lula solicitou a Delcídio que agisse para evitar a convocação do casal para depor perante a CPI. Lula alegava que estava muito preocupado com eles.

Mas, em verdade, Lula estava preocupado com implicações à sua própria família, especialmente com os filhos Fábio Luiz Lula da Silva e Luiz Claudio Lula da Silva. Esse fato foi confirmado a Delcídio por Maurício Bumlai, que conhece muito bem a relação dos familiares de Lula com a casal. Em resposta a insistência de Lula, Delcídio, como líder do governo no Senado, mobilizou a base do governo para derrubar os requerimentos de convocação do casal na reunião ocorrida em 05/11/2015, onde logrou êxito”.

Bumlai é o consigliere da família Lula

No anexo 6 de sua delação premiada, Delcídio descreve as relações de Bumlai com o ex-presidente e sua família. Fala sobre os negócios escusos envolvendo o pecuarista e a Petrobras e cita as obras no sítio de Atibaia.

Ao contrário do que afirma o ex-presidente Lula, José Carlos Bumlai goza de total intimidade com ele, representando de certa maneira o papel de ‘consigliere’ da família Lula....

De todas as ações ilícitas de Bumlai, uma das mais relevantes é a aquisição/operação, pela Petrobras, da sonda Vitória 10.000, cujos desdobramentos políticos e financeiros são muito maiores do que os divulgados. O negócio foi feito com a finalidade de quitar uma dívida de Bumlai com o Banco Schahim, dívida essa de R\$ 12 milhões. O contrato girou em torno de US\$ 16 milhões... A realidade é que o contrato não só quitou a dívida de Bumlai como pagou dívidas da campanha presidencial de Lula em 2006...

Bumlai foi o principal responsável pela implementação do Instituto Lula, disponibilizando de todo o aparato logístico e financeiro. Foi também a pessoa que ficou responsável, em um primeiro momento, pelas obras do sítio de Atibaia, do ex-presidente Lula. Delcídio tem conhecimento de que Bumlai já tinha contratado arquiteto e engenheiro para a realização das obras, o que foi abortado por Léo Pinheiro, outro grande amigo do presidente, que pessoalmente se dispôs a fazer o serviço através da OAS em um curto espaço de tempo”.

Pedágio na CPI da Petrobras

Delcídio diz que os senadores Gim Argello (PTB-DF) e Vital do Rego (PMDB-PB) e os deputados Marco Maia (PT-RS) e Fernando Francischini (SD-PR) cobravam de empreiteiros para não serem convocados na CPI da Petrobras.

“Delcídio do Amaral sabe de ilicitudes envolvendo o desfecho da CPI que apurava os crimes no âmbito da Petrobras. A CPI obrigava Léo Pinheiro, Júlio Camargo e Ricardo Pessoa a jantarem todas as segundas-feiras em Brasília. O objetivo desses jantares era evitar que os empresários fossem convocados para depor na CPI. Os senadores Gim Argello, Vital do Rego e os deputados Marco Maia e Francischini cobravam pedágio para não convocar e evitar maiores investigações contra Léo Pinheiro, Júlio Camargo e Ricardo Pessoa.”

Créditos das fotos nesta matéria: Gilberto Tadday; Antônio Cruz/Agência Brasil; Ichiro Guerra; Marcos Oliveira/Agência Senado; Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil; Ernesto Rodrigues/Estadão Conteúdo; Juca Varella/Estadão Conteúdo; Márcio Fernandes/ Estadão Conteúdo

Coluna - Ricardo Boechat

Revista ISTOÉ - 07/03/2016

Com Ronaldo Herdy

Dono do poder?

Não é pacífica a situação do ex-advogado-geral da União, Luís Inácio Adams
Brasil

Não é pacífica a situação do ex-advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. A caminho da banca Tauil & Chequer, o seu pedido de autorização para atuar como profissional privado será decidido na Comissão de Ética da Presidência da República, na terça-feira 15. Ele não quer cumprir quarentena, apesar de se manter no cargo de Procurador da Fazenda Nacional. Desrespeitar o Código de Conduta da Alta Administração Federal – que jurou cumprir – pode custar caro a Adams.

Direito

Caro e moroso

Estudos com dados revelados pelo CNJ e pela Comissão Europeia para Eficiência da Justiça (Cepej), de 2015, deixaram o Brasil em situação desconfortável. O Poder Judiciário aqui consome R\$ 337 por habitante (R\$ 68,4 bilhões, 1,2% do PIB e 2,3% das despesas públicas). Na Europa, o valor médio é de 60 €, variando de 0,13% a 0,82% dos gastos públicos (inclusive Ministério Público e Defensoria Pública).

Direito 1

Mais...

... no final de 2014, o Brasil tinha 70 milhões de ações tramitando nas esferas de Justiça e precisaria de 909 dias para zerar esse estoque. Já na Europa bastariam 246 dias para julgar tudo.

Internacional

A caminho

No próximo dia 21, em Haia, o Tribunal Penal Internacional julgará Jean Pierre Bemba. O ex-vice-presidente do Congo é acusado de crimes contra a humanidade e de crimes de guerra. Com sentença prevista para junho, o processo é o derradeiro nas mãos da brasileira Sylvia Steiner, que voltará ao Brasil para lecionar na USP, após anos como juíza da Corte. Com o jurista mineiro Leonardo Nemer, da UFMG, ela acaba de coordenar a publicação do primeiro livro em português sobre o Estatuto de Roma, bíblia do TPI. A obra traz textos de 80 autores, do Brasil e do exterior. Economia

A herança

Juliana Pereira deixa a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor em débito. Há cinco anos, o órgão do Ministério da Justiça faz vista grossa às escorchantes taxas bancárias. Os juros de 12% fixados pela Constituição foram removidos e sem nova lei a população sofre com a goela larga das instituições financeiras. No rotativo do cartão de crédito e no cheque especial, o juro bateu 415% em dezembro. Nos EUA, a maioria dos estados tem a sua regra – em geral 12% ao ano, com outros 4% para taxas, impostos e até honorários advocatícios. Na Itália, Alemanha e Espanha, por sua vez, o limite está na casa de um dígito. O futuro secretário (a) tem que encarar o problema, sem venda nos olhos.

Brasília

Alvo fixo

De quem conhece há quase quatro décadas as entranhas da Polícia Federal: “O tom ameno das primeiras conversas entre o novo ministro da Justiça e o diretor-geral da Polícia Federal ocultou a verdade. O ministro Wellington Lima e Silva recebeu uma missão do governo e ela passa por domar a corporação. Se Leandro Daiello peitar o processo, perderá o cargo. E seu sucessor pode ser o delegado da PF, Maurício Barbosa. Ele foi chefe da inteligência da Bahia, na gestão Jacques Wagner, e, com o governador Rui Costa, dá as cartas na Secretaria Estadual de Segurança Pública.”

Polícia Federal

Na Europa

Se deixar a chefia da Polícia Federal, o provável destino do delegado Leandro Daiello será um posto no exterior – como adido na embaixada brasileira em Roma. Antes de assumir o cargo, por um triz Daiello não foi para a Itália. Aliás, conforme era o seu desejo.

Magistratura

Inveja europeia

Os juízes do Brasil não têm do que reclamar. Na Europa, a média salarial dos magistrados foi de 47,7 mil euros, em 2012 – o que na época equivalia a R\$ 118 mil. Naquele ano, um juiz federal brasileiro recebeu cerca de R\$ 312 mil. Isso, sem falar nos penduricalhos agregados aos salários. Enquanto o teto constitucional seguido pelo STF é de R\$ 33,7 mil por mês, o que dá R\$ 460 mil por ano, há juízes federais apoiados pela população que conseguiram receber R\$ 47,1 mil por mês em 2015, totalizando R\$ 651 mil por ano.

Combustível

Duelo na América

Na hora em que a produção de etanol chega ao limite da capacidade, grupos de defesa do meio ambiente se juntaram às grandes petrolíferas para lançar uma campanha milionária na TV contra o combustível nos EUA. A propaganda diz que a produção de etanol dobra a concentração de gases estufa e amplia o custo dos alimentos. O governo americano defende o etanol, afirmando que produz 21% menos gases-estufa que a gasolina. Os americanos têm até o final de novembro para modificar sua política de apoio à produção do etanol.

Rio 2016

Dois anos depois

Sairão do Rio Grande do Sul os vinhos oficiais da Rio 2016. A gaúcha Lídio Carraro bateu a concorrência e exibirá o selo de produto escolhido do evento. A Linha Faces, em versões de merlot, chardonnay e pinot noir, estará no mercado a partir dessa semana, ao preço de R\$ 39,90 a garrafa. A empresa também fabricou o vinho oficial da Copa do Mundo de 2014.

Automóveis

É festa

Com uma incomum fila de três meses de espera para o seu mais recente veículo, a picape média Toro, a Fiat Chrysler mantém o seu plano de investimentos no Brasil, em meio à forte retração do mercado de automóveis. Os R\$ 15 bilhões a serem gastos de 2013 a 2016 incluem a modernização da fábrica de Betim, MG (faz 40 anos em julho) e o lançamento de mais dois carros até dezembro. O SUV Renegade aparece no TOP 5 dos automóveis mais vendidos no Brasil pelo quarto mês seguido.

Fisco

Mudança necessária

Entidades empresariais se mobilizam por mudanças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O clamor aumentou, na semana passada, quando a Petrobras perdeu causa que pode custar R\$ 7,3 bilhões. Aliás, esse é o problema. É raro um contribuinte vencer no órgão. Pelas cifras que movimenta, dizem os empresários, o Carf precisa de conselheiros dedicados, sem vínculos com o governo ou escritórios de advocacia. E com rigoroso código de conduta.

Poder

Tradição ameaçada

A forma pessoal como Dilma Rousseff escolheu José Eduardo Cardozo para o comando da Advocacia Geral da União deixou entidades do Judiciário com uma baita dúvida: a presidente vai ignorar de vez a formação de lista tríplice e a ordem de votação classista nas futuras escolhas para a Justiça? Na mesa dela há duas relações de candidatos ao STJ, a partir de escolhas feitas em tribunais regionais estaduais e federais.

Eleições 2016

Efeito Santana

O cachê de marqueteiro nas eleições municipais de outubro vai cair mais da metade, segundo especialistas em campanha. Há quatro anos, o trabalho rendia uns R\$ 15 milhões nas grandes cidades. Agora, estima-se, ficará em torno de R\$ 5 milhões. Com a caixa baixa dos partidos e a rigorosa legislação eleitoral, a campanha deverá atrair para o jogo político os chamados marqueteiros de segunda linha.

Cultura

Duas baixas

A cena cultural de Paris registrou neste início de ano um movimento incomum. Quase que simultaneamente, dois conhecidos museus fecharam: o Maioll, fundado em 1964, e o Pinacothèque, o caçula da rede, aberto em 2003. Ambos atribuíram a drástica decisão

à falta de fundos, diante da fuga de patrocinadores. Os pessimistas sugerem como origem a queda no movimento turístico após os ataques terroristas de novembro.

IstoÉ Dinheiro

Coluna - Dinheiro Em Ação

Revista ISTOÉ Dinheiro - 07/03/2016

Dança das poltronas na CVC

A CVC contratou Alípio Camanzano, presidente do site de turismo Decolar.com, para comandar as operações on-line do grupo. Camanzano ocupará o lugar de Luciano Barreto, fundador da Submarino Viagens, que foi adquirida pela CVC em agosto passado. Barreto deixa, assim, o comando da empresa que fundou há uma década. As poltronas mudam de ocupante, mas a CVC, presidida por Luiz Eduardo Falco, permanece na lista de boas pagadoras de dividendos do BTG Pactual, a que DINHEIRO teve acesso. "Com a queda de 13,3% do Ibovespa em 2015 e um início sangrento de 9,3% neste ano, muitas oportunidades interessantes de rendimento com dividendos agora já se tornam evidentes", escreveram os analistas Carlos Sequeira e Bernardo Teixeira. A recomendação da dupla do BTG é comprar os papéis da CVC de olho no dividend yield (ganho com dividendos), estimado em 10,5% para 2016.

Zelotes faz Gerdau adiar balanço

A Gerdau adiou a divulgação do balanço de 2015 para 15 de março, antes previsto para terça-feira, 1. "A postergação é importante para que a companhia analise os autos que a envolveram na Operação Zelotes", afirmou o vice-presidente, Harley Scardoelli. Em 25 de fevereiro, a Polícia Federal fez buscas na empresa, dando continuidade à investigação sobre supostas compras de decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). No ano até a terça-feira 1, as ações da companhia caíram 22,6%.

Smiles entrega até R\$ 1 bilhão à Gol

A Gol divulgou em 26 de fevereiro que vendeu passagens aéreas antecipadamente para a empresa de milhagem Smiles, em um contrato que pode chegar a R\$ 1 bilhão. O primeiro desembolso da Smiles será de R\$ 376 milhões. Os demais dependem do sucesso da Gol, presidida por Paulo Kakinoff, em fortalecer seu caixa. Entre as ações estão a suspensão de voos para sete destinos e a devolução de cinco aviões arrendados. No ano, as ações da Gol caíram 10,7% e as da Smile recuaram 10,3%.

Prejuízo da Marfrig recua no trimestre

No quarto trimestre de 2015, a Marfrig teve prejuízo líquido de R\$ 194,3 milhões, o que representa uma queda de 31% ante o mesmo período de 2014. A companhia também encerrou o acumulado do ano no vermelho. O prejuízo líquido registrado foi de R\$ 586 milhões, 20,8% menor do que a perda de R\$ 739,5 milhões em 2014. A meta para 2016 é alcançar uma receita líquida entre R\$ 22 bilhões e R\$ 24 bilhões, valor superior aos R\$ 18,8 bilhões obtidos em 2015. No ano passado, as ações subiram 4,1%, mas, até a terça-feira 1, elas caíram 0,4%.

Palavra do analista:

Os resultados da Marfrig foram impulsionados pelos números da subsidiária Keystone, por custos menores de matéria-prima e pelo bom desempenho da carne bovina, segundo Thomas Tenyi, do BTG Pactual. "Vemos os títulos da Marfrig sendo negociados com preço justo em relação a seus concorrentes, oferecendo uma exposição a um setor positivo, vis-à-vis o momento difícil do Brasil", diz. Ele recomenda manter as ações.

Vale perde selo de boa pagadora

Assim como aconteceu com o Brasil, a Vale perdeu o selo de boa pagadora concedido pela agência de classificação de risco Moody's. Em 26 de fevereiro, a nota de crédito da companhia foi rebaixada de Baa3 para Ba3, com perspectiva negativa. A razão foi uma expectativa de desempenho mais fraco nos próximos 12 meses, em meio à queda do preço do minério de ferro e de metais básicos. No dia do rebaixamento, os papéis recuaram 0,9%. No ano, até a terça-feira 1, a queda é de 9,9%.

Mercado em números

PETROBRAS

US\$ 10 bilhões - Foi o valor do empréstimo concedido pelo banco chinês CDB, na sexta-feira 26.

MULTIPLUS

R\$ 479,7 milhões - Foi o lucro líquido da companhia, em 2015, uma valorização de 47,6% em relação ao ano anterior. O faturamento bruto da empresa foi de R\$ 2,56 bilhões, alta de 20,6% ante 2014.

AES SUL

R\$ 295,5 milhões - Foi o valor do aumento de capital da companhia, com emissão de 89.308 novas ações, aprovado pela assembleia da distribuidora gaúcha do grupo AES Tietê. Com a operação, o capital social da AES Sul passará para R\$ 758,6 milhões.

CELULOSE IRANI

R\$ 16,84 milhões - Foi o prejuízo da fabricante de papel kraft e embalagens de papelão ondulado no quarto trimestre de 2015. Com o resultado, a empresa reverte o lucro de R\$ 27,9 milhões, obtido no mesmo período do ano anterior.

M. DIAS BRANCO

28,7% - Foi a queda do lucro líquido da M. Dias Branco no quarto trimestre ao atingir R\$ 122,7 milhões. Já a receita líquida da companhia registrou valorização de 2,9% no período.

Agência Câmara

CPI para investigar denúncias contra o Carf deve ser instalada amanhã

07/03/2016

Está marcada para esta terça-feira (8) a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda onde contribuintes recorrem contra multas.

A reunião está prevista para as 14 horas, no plenário 1.

Operação Zelotes

A CPI do Carf, criada no dia 4 de fevereiro, foi proposta pelo deputado João Carlos Bacelar (PR-BA). Ao propor a criação da comissão, o deputado citou que a Operação Zelotes, deflagrada em março do ano passado pela Polícia Federal, investiga o fato de que 24 pessoas e pelo menos 15 escritórios de advocacia e consultoria são suspeitos de envolvimento num esquema de corrupção contra a Receita Federal.

No ano passado, o Senado também criou uma CPI para investigar denúncias contra o Carf. A comissão encerrou os trabalhos em dezembro, com o indiciamento de 28 pessoas.

Também em 2015, a Câmara dos Deputados instalou uma subcomissão permanente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para acompanhar as investigações da Operação Zelotes.